
IDÉIAS E TEMPORALIDADES; A educação e o ensino nas visões do Durkheim e Marx

Olivette Rufino Borges Prado Aguiar¹

RESUMO

Este artigo procura refletir sobre os paradigmas educacionais abordados por Durkheim e Marx, a partir da realidade que se materializa no contexto da Revolução Industrial. Tem por objetivo, num primeiro momento, analisar o modelo do consenso defendido por Durkheim, em que a educação caracteriza-se por ser um fenômeno eminentemente social, orientada no sentido da socialização metódica das novas gerações. Num segundo momento retoma a discussão em torno da união trabalho-instrução proposta por Marx, discutindo os diversos fatores que envolvem este processo.

Palavras-chave: educação, moral social, adaptação, dominação, consciência.

ABSTRACT

This article quest for to reflect on the boarded educational paradigms for Durkheim and Marx from the reality that if materializes in the context of the Industrial Revolution. It has for objective, at a first moment, to analyze the model of the consensus defended for Durkheim, where the education is characterized for being a guided eminently social phenomenon in the direction of the methodical socialization of the new generations. At as a moment it retakes discuss around the union work-instruction proposal for Marx, arguing the diverse factors that involve this process.

keywords: education, social moral, adaptation, domination, consciousness.

1. A Educação em Foco

As mudanças radicais dos costumes e os inúmeros problemas de ordem social provocados pela Revolução Industrial do século XIX foram decisivos para despertar o interesse e a indignação de Karl Marx, no que se refere às dramáticas condições de trabalho da classe operária, e em especial as condições de trabalho a que eram, submetidas mulheres e crianças.

Do mesmo modo, para Durkheim, as transformações ocorridas neste período deixaram-no profundamente inquieto em relação aos desequilíbrios sociais, que no seu entendimento, eram decorrentes da falta de moralidade e dos valores que devem nortear as relações sociais. Valores morais esses, que são essenciais para a harmonia das relações sociais.

Os paradigmas sociológicos de Durkheim e Marx diferem enormemente. Enquanto para o primeiro, a sociedade poderia alcançar um nível de perfeição desejável, por mudanças que se fizessem ao nível da moral social, para Marx, a sociedade capitalista seria sempre imperfeita, e diante de tal constatação somente seria admitida a sua transformação

radical rumo ao socialismo.

Enquanto para Durkheim a ciência sociológica e a educação poderiam ser capazes de melhorar o capitalismo, Marx propunha a classe trabalhadora que se organizasse e lutasse por seus direitos buscando as mudanças necessárias, e neste processo, a educação teria um papel fundamental.

Este artigo representa uma tentativa teórica, limitada e parcial de se compreender a postura de cada um desses teóricos diante dos inúmeros problemas da sociedade capitalista e de como a educação, nesse contexto, é entendida na sua finalidade.

2. O Paradigma do Consenso

Precursor do moderno funcionalismo, Durkheim, influenciado pelo positivista Augusto Comte, compreende a educação como o meio através do qual a sociedade se perpetua. A educação, no seu entendimento, deve transmitir os valores morais que são os princípios norteadores do equilíbrio e integração social. As transformações provocadas pela Revolução Industrial despertaram profundas in-

Recebido: maio de 2004.

Aceito: junho de 2004.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte- UFRN, Natal 2004.

quietações especialmente quanto ao que ele denominou de “desintegração moral”, compreendida como a causa primeira dos desequilíbrios sociais.

Preocupado com a ordem das coisas, Durkheim refletiu sobre esses problemas, constatando que nem sempre a sociedade funciona de maneira harmônica e isto acontece quando as leis que regem a moral social ou consciência coletiva deixam de ser cumpridas, fazendo surgir os problemas decorrentes da não adaptação dos seus indivíduos aos padrões de comportamento preexistentes e legitimados. A consciência coletiva é assim,

[...] em certo sentido, a forma moral vigente na sociedade. Ela aparece como um conjunto de regras fortes e estabelecidas que atribuem valor e delimitam os atos individuais. É a consciência coletiva que define o que, numa sociedade, é considerado “imoral” “reprovável” ou “criminoso” (COSTA, 1998, p. 63).

A teoria sociológica durkheimiana entende que os fatos sociais independem daquilo que faz o indivíduo em particular, e desse modo, a consciência individual, o modo de ver as coisas e interpretar os acontecimentos são superados pelas formas padronizadas de comportamento. É a consciência coletiva que se impõe aos membros de um grupo social e sobrevive através das gerações, definindo o que é moral ou imoral.

A não observância dos valores morais levaria à desordem e ao caos não fosse a efetiva ação exercida pela educação formal e informal, que como fato eminentemente social, independe da vontade dos membros de uma sociedade e assim, tanto a educação quanto a escola surgiriam como reprodutoras da moral social, orientando-se no sentido de organizar a sociedade para o seu bom funcionamento (MEKSENAS, 1995).

Nesse contexto, a socialização das gerações mais jovens torna-se fator indispensável no sentido de adaptá-las ao sistema de regras e normas sociais que são responsáveis pela ordem e pelo progresso da sociedade. Os costumes e valores morais que permeiam as relações sociais em uma dada sociedade formam os padrões de conduta a que deve se submeter

os indivíduos.

Do mesmo modo, o desrespeito a esses princípios norteadores de comportamento, podem dar origem a sanções diversas, que tanto podem surgir espontaneamente como podem ser aplicadas por meios legais através das instituições responsáveis pelo cumprimento das leis. Assim, a educação surge como um instrumento que atua no sentido de garantir a todos as condições essenciais da existência coletiva.

Esse entendimento recai sobre a proposição de que a sociedade, somente poderá subsistir se houver entre seus membros uma homogeneidade suficiente, e aí reside a contribuição da educação, no sentido de promover a socialização da criança, que se dá na esfera da construção do “ser social” superando o “ser individual” existente em todo indivíduo indistintamente, e que pretende ser útil à perpetuação da sociedade. Os desejos pessoais e interesses individuais precisam ser superados, especialmente pela ação educativa, pois o que importa não é a personalidade individual mas o grupo social e as ações legitimadas e tornadas coletivas visando a harmonia social.

As ações legitimadas socialmente passariam, necessariamente, pela aceitação coletiva dos valores morais e da aceitação de “bem e de mal, cuja imposição de princípios dogmáticos detém a pretensão de harmonizar o tecido social. Marx, entretanto, ao analisar a questão moral na sociedade de classe, afirma que esta sempre foi uma moral de classe, e que de forma consciente ou inconsciente, as idéias de moral estão intrinsecamente relacionadas às condições materiais das classes sociais. Ou seja, não existe no interior de uma sociedade dividida em classe, uma moral eterna e imutável, pois cada segmento da sociedade tem a sua moral própria e intransferível.

Enquanto para Durkheim, a educação acrescenta ao ser egoísta e associal uma natureza capaz de aceitar a disciplina moral (uma vez que esse processo não ocorre espontaneamente), para Marx esse processo é legitimado pelas condições materiais.

Tais afirmações levam ao entendimento de que, ao contrário de Marx, a educação para Durkheim, torna-se fator decisivo na manuten-

ção da relações sociais, em que se verifica a necessidade de que os valores estabelecidos pela sociedade ao longo do tempo, sejam rapidamente agregados ao ser egoísta e associal que nasce a cada geração, criando a possibilidade de um ser novo. Não se trata aqui de adestrá-lo simplesmente, ou fornecer-lhes um treinamento a exemplo de animais passíveis de condicionamento para a realização de determinadas tarefas, mas ao contrario, utilizar-se da força criadora que possui a educação para se produzir uma conduta adaptada à natureza das coisas.

O desenvolvimento das qualidades individuais deve, necessariamente, refletir as exigências do meio social e as ações de cada um. Os frutos das experiências conseguidas na vida social, e que são repassadas às novas gerações, permitem aos indivíduos galgar uma posição superior a do animal e até de si mesmo. Tal condição, no entanto, somente será possível através da entidade moral duradoura que é a sociedade.

Para Durkheim, o ser social que se sobrepõe ao individual só será alcançado por meio de muito esforço, no sentido de conter o egoísmo natural de que é dotado o ser humano e que faz parte da sua natureza animal. As motivações ou razões que favorecem a adoção dessa postura podem ser resumidas em duas: a necessidade de defesa física ou a vontade moral. E é a vontade moral ou o senso do dever que vai se sobrepor e tornar-se o eixo da questão, podendo ser assimilado tanto pelo adulto quanto pelas crianças.

É por esse motivo que na visão durkheimiana, a figura do mestre, assim como suas atitudes terão importância fundamental no processo ensino-aprendizagem. A postura autoritária assumida pelo mestre deve pressupor não a violência física, mas a ascendência moral e a confiança que a criança precisa sentir para, inclusive, aceitar as punições como legítimas e inquestionáveis. Desse modo, todo esforço empreendido pelos sistemas educativos deve pressupor que o homem que a educação deve formar, deverá ser aquele que a sociedade necessita que ele seja e ela o quer conforme reclame a sua economia interna e o seu equilíbrio (DURKHEIM, 1978).

A educação para Durkheim, se restringe,

portanto, à ação exercida pelos adultos sobre as crianças, assim como a divisão do trabalho também é um fator normal em qualquer sociedade organizada posto que, não poderão todos os seus membros se dedicarem a um mesmo gênero de vida.

Também nesse sentido não poderá haver educação homogênea e igualitária. Pois haverá sempre diversidades ocupacionais e estas funções exigirão uma orientação educacional específica a cada uma em suas particularidades. Ao contrário de Marx, para quem a educação politécnica vislumbrava a possibilidade da dedicação tanto ao trabalho manual quanto ao trabalho intelectual e acesso a cultura, Durkheim entende que haverá sempre homens cujas aptidões divergem entre a ação e a cultura do pensamento, sensibilidade e reflexão.

Assim, mesmo nas sociedades supostamente igualitárias a educação é um fenômeno concretamente variável e assim o deve ser, uma vez que cada profissão requer uma educação específica, embora na sua especificidade toda ela esteja alicerçada sobre uma base comum. A base comum, entretanto, também varia conforme a sociedade a que se destina, pois a educação está estruturada para assegurar a sobrevivência da sociedade, e esse entendimento implica concebê-la como uma ação coercitiva que se traduz na,

Ação exercida, pelas gerações adultas, sobre gerações que não se encontrem ainda preparadas para a vida social: tem como objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto, o pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine (DURKHEIM, 1978, p. 4).

Desse modo, para cada povo existe uma educação que lhe é peculiar, orientada para a promoção da integração do indivíduo à sociedade através da inculcação dos valores, e no desenvolvimento de atitudes comuns que vissem assegurar a ordem social. Nesse sentido pode-se entender que a educação tem para Durkheim, função uniformizadora, desconsiderando as contradições existentes nas sociedades de classe, bem como as implicações decorrentes de grupos em conflitos e com dife-

rentes graus de poder.

Objetivando a ordem e o progresso social, esta educação terá para cada indivíduo em particular, uma finalidade específica, cujo objetivo é o de preparar as crianças para o desempenho de funções úteis na sociedade e assim, não poderá ser igual para todos, pois a diversidade de profissões requer características peculiares, resguardando, entretanto, os valores morais que devem se constituir a base sobre a qual repousa a harmonia do grupo.

A educação tem, portanto, dupla função: despertar valores que integrem o indivíduo ao grande grupo social a que pertence e fazer surgir certos estados físicos e mentais que o grupo social particular considere indispensáveis para o convívio familiar e o desempenho profissional. Desse modo a diversidade ocupacional provocaria em todo indivíduo o desejo de cooperação, despertando sentimentos comuns.

Se para Durkheim (1978), o homem não é humano senão porque vive em sociedade, a educação tem importância fundamental no processo de transmissão das idéias e valores vigentes, transformando cada indivíduo em agente passivo e submisso, mero repetidor de comportamentos socialmente aceitos. Mesmo abdicando dos seus desejos e realizações pessoais, todo indivíduo, perfeitamente adaptado às regras e normas existentes em cada sociedade, tornar-se-á verdadeiramente humano e particularmente comprometido com os interesses coletivos, sendo o desenvolvimento dessas características, a grande meta para a qual devem estar orientados os sistemas de ensino.

Na realidade o ser social não nasce com o homem, mas ao contrário, vai sendo metodicamente construído, em especial, por meio da ação educativa formal e informal, sendo esta a finalidade precípua da educação. É desse modo que, espontaneamente, o homem não se dispõe a submeter-se às normas vigentes; isto se concretizará através da escola, que inculcará na criança os valores legitimados pelo grupo social a que pertence. Se o homem precisa do convívio social para tornar-se humano ele necessitará sentir-se incluso e aceito no grupo social, bastando para isso que todas as leis que regem a consciência coletiva sejam observa-

das, internalizadas e cumpridas.

Influenciado pela biologia, Durkheim concebe a sociedade como um corpo social que se assemelha ao corpo humano. São vários órgãos que desempenham funções específicas e que dependem um do outro para funcionar harmonicamente. O Estado aparece nesse entendimento, como o cérebro do corpo social e como o seu órgão vital, cuja função é acompanhar e resguardar os princípios que regem a moral social assim como a organização social, através dos interesses coletivos

É tarefa do Estado preparar o indivíduo para o desempenho de uma função útil na sociedade por meio de uma educação isenta de paixões individuais. E assim sendo, educação e Estado devem manter uma relação íntima, uma vez que somente este é capaz de organizar um tipo determinado de educação cuja finalidade esteja relacionada aos interesses sociais.

Essa vinculação entre Estado e educação será efetivada pela ação da escola que é a instituição capaz de exercer o controle sobre as crianças e jovens. Assim é que, para Durkheim, a concepção de educação está entendida no sentido de proporcionar a integração social do indivíduo e o seu ajustamento, visando garantir a ordem social.

Se a sociedade é para Durkheim, semelhante a um corpo, cuja característica principal é a sua tendência ao progresso e harmonia, que estão determinados sobretudo, pela conduta exigida pela moral social, esta deverá ser, necessariamente transmitida aos mais jovens pela educação. Nesse sentido a educação é uma, porque reproduz os valores essenciais de uma dada sociedade, objetivando a sua manutenção e não e sua transformação, embora ela também possa ser considerada múltipla.

O caráter múltiplo da educação pode ser determinado na medida em que, mesmo transmitindo os valores essenciais de uma sociedade, ela possui conhecimentos e valores que são peculiares a cada classe social e a cada profissão particularmente. Assim, apesar de ser uma pode existir, também uma certa diversidade ou especialização de conhecimentos (MEKSENAS, 1995).

O caráter uno e múltiplo da educação

pretende garantir que do mesmo modo que ela atua como transmissora da moral social, possa também proporcionar ao indivíduo a especialização necessária ao desempenho de uma função útil na sociedade.

Se para Marx, a educação pressupõe todos os processos que irão contribuir para desenvolver a mudança de consciência nas pessoas, para Durkheim ela representa a reprodução de valores de uma sociedade visando garantir a integração de seus membros. Assim, a concepção educativa encontra-se limitada a ação de uma geração madura e experiente, perfeitamente adaptada ao meio social, sobre uma geração imatura, no sentido de prepará-las adequadamente para assumir o seu papel na sociedade.

O homem que a educação deve realizar, em cada um de nós, não o homem que a natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja, e ela o quer conforme reclame a sua economia interna, o seu equilíbrio. Prova-o exuberantemente, a maneira por que tem variado a concepção do tipo humano, nas sociedades como as vemos na história [...] toda transformação, mais ou menos importante na organização de uma sociedade, apresenta como efeito, uma mudança de igual importância na idéia que o homem deve fazer de si mesmo (DURKHEIM, 1978 p. 81).

É um processo unilateral e determinista, e ao educando, cabe a tarefa de assimilar passivamente o que lhe é imposto e a agir de acordo com o que está determinado. Nesse caso, toda ação será moral, se legitimada pelo grupo social e isenta de interesses individuais.

A análise histórica mostra que a formação dos sistemas de educação foram, em todas as épocas, influenciados pelas crenças religiosas, organização política, grau de desenvolvimento das ciências etc. A partir desses determinantes pode-se perceber que, para cada momento histórico existe um tipo regulador de educação. São costumes e idéias que se formaram ao longo do tempo, foram socialmente aceitos pelas gerações passadas e que se perpetuam. Todo esse conjunto de princípios que regem a educação determinam o tipo de indivíduo que se pretende formar. Para Durkheim esse indivíduo deverá ter o perfil do homem adaptado aos interesses sociais e pronto a agir

de modo a perpetuar a sociedade tal como ela está estruturada.

A importância da educação se insere, então, na proposta de construção do ser social em todo indivíduo tornando-o verdadeiramente humano e adaptado ao seu grupo social.

A educação tem variado infinitamente com o tempo e com o meio. Nas cidades gregas e latinas, a educação conduzia o indivíduo a subordinar-se cegamente à coletividade, a tornar-se uma coisa da sociedade. Hoje, esforça-se em fazer dele personalidade autônoma (DURKHEIM, 1978 p. 35).

O que a visão durkheimiana pretende demonstrar é que a educação não pode ser modelada apenas pela vontade de seus reformadores, mas ao contrário, sofre influências e determinações que subsistem no contexto histórico e que os fatos sociais, e, portanto, a educação, não podem ficar isentas dessas determinações. Tais afirmações são respaldadas pela história e caracterizam as modificações sofridas ao longo do tempo no que diz respeito a finalidade da educação em momentos históricos distintos.

Uma breve incursão na história nos mostra que em Atenas pretendia-se a formação de espíritos delicados e sutis; em Roma o ideal era o preparo do homem de ação, apaixonado pela glória militar; na Idade Média buscava-se a contemplação e o ascetismo cujo ideal era a formação do homem de fé e no Renascimento temos a acentuação do caráter leigo e literário. Tais determinações levam ao entendimento de que os homens de cada época possuem um sistema de educação orientado para determinados fins, e que esse sistema é imposto a todo indivíduo em cada sociedade e em cada momento particular.

No modelo de educação perseguido por Durkheim, não são consideradas as contradições naturalmente existentes nas sociedades de classe, sendo esta, a visão como é tratada por ele a questão "divisão do trabalho". Enquanto para Marx, a divisão do trabalho pressupunha o embrutecimento da massa trabalhadora em detrimento do domínio intelectual da burguesia, Durkheim entende que esta divisão deve acontecer para a própria sobrevivência da sociedade.

A divisão do trabalho deve acontecer

mesmo nas sociedades sem classes, pois a diversidade ocupacional é um fator imprescindível na manutenção da sociedade em seus diversos aspectos, e do mesmo modo, em todos os grupos sociais os indivíduos devem ser preparados para desempenhar papéis diversificados e úteis, no sentido de se alcançar à harmonia e o progresso social.

3. O Paradigma Do Conflito

Os problemas oriundos da Revolução Industrial fornecem subsídios para os estudos de Marx e constituem uma crítica ao capitalismo individualista e competitivo que fora implantado notadamente na Inglaterra do século XIX.

Impulsionado pela constatação das dramáticas condições de trabalho da classe operária — especialmente no caso do trabalho de mulheres e crianças e pelo descaso com que eram tratadas as necessidades sociais no campo da educação, Marx realiza estudos que pretendem apresentar propostas concretas com relação ao ensino e a instrução, colocando-os como instrumentos capazes de transformar a realidade.

Afirmamos que a sociedade não pode permitir que pais e patrões empreguem, no trabalho, crianças e adolescentes, a menos que se combine este trabalho produtivo com a educação.[...] esta combinação de trabalho produtivo com a educação intelectual, os exercícios corporais e a formação política elevará a classe operária acima dos níveis da classe burguesa e aristocrática (MARX, 1992 p. 60).

As propostas para a introdução de um novo tipo de educação, unindo o trabalho manual ao intelectual, pretendem estabelecer as bases de um novo sistema de ensino capaz de contribuir para a possibilidade de um novo horizonte histórico, onde as relações de dominação deixem de existir. Esses paradigmas formam a base sobre a qual se consolidam as concepções de Marx com relação à questão ensino-educação. A educação está, portanto, baseada na combinação do ensino, em todos os níveis com o trabalho produtivo e remunerado para crianças acima de determinada idade.

As raízes da concepção da união ensino-trabalho encontram-se no socialismo utópico, representado particularmente pelo francês Charles Fourier e o inglês Robert Owen. Tendo sido o inspirador direto de Marx, tanto pelas idéias quanto pelas experiências práticas vivenciadas em sua fábricas, Owen estava convencido de que a causa direta de todas as anomalias sociais eram a falta de instrução e a ignorância das massas populares, e que apenas um sistema de ensino organizado e racional poderia erradicar as injustiças Sociais (NOGUEIRA, 1993).

A educação, no pensamento marxista, deve incluir todos os processos que irão contribuir igual e simultaneamente para a formação intelectual, mudança de consciência e socialização. Tais pressupostos, no entanto, consolidar-se-ão em coerência com princípios gerais tais como: a análise dos fatores econômicos que determinam a estrutura social, a história da luta de classes e a ideologia, que caracteriza a cultura das sociedades de Classes,

Na análise dos fatores econômicos, constata-se a existência de três aspectos: uma base de sustentação que são as forças materiais de produção e se constituem em métodos através dos quais são asseguradas as condições de sobrevivência; as relações de produção, que são em última instância as relações entre os homens e, finalmente, as superestruturas legais e políticas, incluindo as idéias e formas de consciência social.

Desse modo, as relações sociais e a superestrutura são determinadas pelo modo de produção que condiciona também a educação, estando esta localizada na superestrutura. Na história da luta de classes, estas se encontram em constante antagonismo, pois os seus interesses, assim com a posição econômica de ambas são divergentes. Outro aspecto a ser considerado refere-se a ideologia, em que as idéias são condicionadas pelo modo de produção, na medida em que as classes que detêm o controle do modo de produção material, controlam também os meios de produção intelectual, inclusive a educação

Conseqüentemente, as idéias da classe hegemônica se tornam idéias de todas as clas-

ses, de tal modo que a posição do grupo no poder seja legitimada. É nesse contexto que a ideologia impede as pessoas de reconhecerem seus reais interesses adquirindo uma falsa consciência.

[...] os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência a, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito do uma época histórica, é evidente que o façam em toda sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época (MARX, 1989, p.72).

Para Marx, não pode haver educação livre e universal na sociedade de classes, assim como a proposta burguesa para o fornecimento de instrução à classe operária é considerada irrealizável, tanto pela própria organização quanto pela maneira como está estruturada a sociedade. Entretanto, analisando as peculiaridades dessa sociedade, identifica-se no seu seio, elementos que vão determinar a sua própria destruição, pelo movimento dialético das forças antagônicas.

Dessas observações desenvolve-se um enfoque alternativo no sentido de descobrir dentro desse movimento de desagregação, os elementos que possam constituir fatores de uma nova ordem social, que conduza à mudança: mudança esta, que se consolidará pela luta política.

Depreende-se assim, que a educação numa sociedade de classes, enquanto veiculadora da ideologia da classe dominante, é inegavelmente um instrumento de dominação desta, mesmo utilizando disfarces sutis. Marx descobriu que a história de todas as sociedades fora até então a história da luta de classes e por essa razão:

[...] Tomamos a luta de classes como uma das categorias básicas para a ação pedagógica da transformação. Desde logo Marx observou que a luta de classes não se operava mecanicamente. Nela intervinham forças "externas": intenções, interesses, enfim ideologia. Ideologia e luta de classes, tornaram-se assim os pontos-chaves da visão da mudança do mundo, na filosofia de Marx (GADOTTI, 1991, p. 68).

Analisando o processo de dominação, Marx desenvolve um enfoque alternativo de pensar a educação como entendimento crítico da realidade, onde o aluno aprende a ler nas desigualdades do capitalismo, as vias condutoras para a construção de uma nova sociedade. Do mesmo modo, admite que somente com a direção e controle da produção é que se chegará à verdadeira emancipação e superação das condições de alienação.

Admitindo que a situação da classe operária é a situação de dominação e alienação decorrentes das manifestações históricas da relação entre trabalho e capital, é necessário que o processo de escolarização contemple o despertar da consciência; essa conscientização, no âmbito da formação política, deve ficar a cargo dos sindicatos e se fará a partir da interpretação da realidade cotidiana, das lutas diárias contínuas, capazes de conduzir a mudanças das condições gerais de existência.

A emancipação das condições de opressão, no entendimento de Marx, somente podem se concretizar quando tal emancipação conseguir atingir todos os níveis, dentre os quais, o da consciência, pois a educação, pelas suas múltiplas possibilidades, inclui todos os processos que contribuem para a formação, mudança de consciência e do caráter das pessoas. Desse modo, a educação contribui não apenas para a escolarização, mas para a socialização em geral.

As medidas socialistas referentes a união ensino e trabalho, embora tenham sido pensadas para atender a massa trabalhadora são destinadas a todas as crianças e não apenas aos filhos de operários. Trata-se de medidas imediatas e também futuras, ou seja, não se constituem indicação pedagógica limitada a seu tempo. Não é sem motivos que Marx havia indicado na emancipação do proletariado a emancipação da humanidade como um todo, incluindo o desenvolvimento omnilateral das capacidades de todos os membros da sociedade mediante a eliminação da divisão do trabalho, e pelo desenvolvimento de habilidades que permitem a execução de atividades alternativas.

O ensino em Marx pretende contribuir para a eliminação da propriedade privada, da

divisão do trabalho e da unilateralidade do homem. Essas eliminações são premissas para que as forças produtivas se tornem plenamente desenvolvidas.

O contexto que interessa a ética marxista é a situação dos trabalhadores, e o modelo em que pensa é o de uma estrutura social em que estes consigam alcançar a hegemonia, não havendo divisão nem necessidade. Pretende-se desse modo, alcançar a socialização do homem como condição primordial para a superação do capitalismo, uma vez que na sociedade capitalista, a riqueza social está relacionada com as mercadorias e com o valor a elas atribuído (MARX; ENGELS, 1992).

Nesse sentido, a evolução do homem só pode ser concebida, como o desenvolvimento desta riqueza social no sentido da sua universalização, e assim, o desenvolvimento das faculdades humanas no trabalho de dominação da natureza é, portanto, um movimento pedagógico.

Por serem as forças produtivas condicionantes do desenvolvimento da natureza humana e da riqueza social, é preciso integrar os conceitos de educação com a formação profissional. Dai as severas críticas à divisão do trabalho, que subjuga o homem à máquina e lança as bases de uma teoria da personalidade, em que as faculdades do homem sejam desenvolvidas em todos os domínios da vida social, quais sejam: o trabalho, a política, a economia e a educação, entre outros.

Nesta perspectiva surgem as propostas de criação de escolas politécnicas e agrônomicas e escolas profissionais. O ensino politécnico deve compreender dois níveis inseparáveis, a saber: deve ser realizado como síntese do estudo teórico e de um trabalho prático na produção, transmitindo a total compreensão do processo de produção; deve estimular as associações livres dos indivíduos, colocando em evidência o caráter social do trabalho.

É necessário destacar a importância da união ato produtivo e ato educativo, uma vez que esta união é o meio decisivo para a emancipação do homem. Considerando a necessidade de compreender o processo de produção e não apenas de dominar uma habilidade den-

tro do processo produtivo, é que o ensino politécnico surge como uma alternativa destinada a fazer compreender e viver a estrutura econômico-social a partir de sua inserção na atividade de produção, intensificando assim, as capacidades de ação.

Os fundamentos da proposta de união ensino-trabalho baseiam-se em argumentos de ordem geral e pedagógica. As justificativas de ordem pedagógica se referem às observações realizadas acerca de crianças trabalhadoras a partir das quais ficou constatado que as crianças que alternavam trabalho e escola alcançavam rendimento maior do que as que permaneciam na escola em tempo integral. Rendimento esse que se dava, sobretudo, pela alternância das atividades, que pode ser concebida numa perspectiva de recreação de uma atividade com relação à outra.

Esta opção de tarefas trabalho-ensino constitui interessantes estratégias pedagógicas, capazes de elevar o rendimento da atividade realizada, e são reforçadas pelas condições motoras e psicológicas das crianças, que se sentem atraídas pelo movimento e pela variedade. Além disso, as longas e monótonas jornadas escolares diminuem, sobremaneira, a disposição para o aprendizado, agravada pelo sedentarismo dos bancos escolares que devem ser compensados pela prática regular de atividade física (NOGUEIRA, 1993).

A diversidade e quebra de rotina para a elevação do rendimento devem ser ampliados para qualquer tipo de trabalho, seja ele educativo ou de produção material e se propõe a servir como meio para o desenvolvimento integral do indivíduo.

As justificativas de ordem geral e mais consistente, dizem respeito à implantação de um novo sistema de educação, pois este somente atingirá sua realização plena numa sociedade futura, visto que, apenas numa sociedade socialista é que a escola poderá se tornar um fio condutor de influências proletárias, sendo responsável pela definição de papéis que cabem aos educandos na nova sociedade. Partindo desse entendimento à jornada escolar mais breve, assim como a prática regular de atividades físicas, são recursos pedagógicos poderosos.

Quanto á educação do corpo, deve ser desenvolvida para compensar os efeitos nocivos do trabalho fabril nas crianças e adolescentes proporcionando as condições necessárias à prevenção ou correção (mesmo que parcial) das deformações provocadas pelas novas condições de trabalho. Esta educação corporal se destinaria também a contribuir para a formação de milícias populares em que os exercícios ginásticos ocupam uma posição tão relevante quanto as disciplinas que contribuem para a educação tecnológica e intelectual.

Nesta perspectiva, quanto mais instruídos, hábeis e qualificados os trabalhadores, formando assim uma força de trabalho desenvolvida, maior a sua produtividade no trabalho. A consequência disso seria o aumento do tempo livre, tempo de não-trabalho que para Marx, é uma condição para o desenvolvimento intelectual do homem, O tempo livre seria utilizado para a efetiva participação em atividades culturais e a subjacente elevação das aptidões intelectuais. Tais pressupostos, no entanto, somente serão concretizados quando as condições de exploração tenham sido abolidas.

Para tanto será imprescindível o desenvolvimento dos meios de produção pelo desenvolvimento tecnológico e ainda, pelo aprimoramento das capacidades das forças de trabalho, que se efetivam na qualificação do trabalhador.

No pensamento marxista, a educação na sociedade de classes e a divisão do trabalho pressupõem o embrutecimento da massa trabalhadora em detrimento do domínio intelectual da classe dominante, tanto no campo artístico e cultural quanto no campo das ciências. Surge, assim, o homem alienado, dividido e unilateral, com o aumento do tempo de trabalho necessário à sua sobrevivência e com a criação da mais valia. Assim o trabalhador não pode dispor de tempo livre para o desenvolvimento das suas reais possibilidades.

Desse modo, é pertinente afirmar que somente pela conquista da emancipação política é que se corroborará a elevação do nível cultural da massa trabalhadora, e pela educação se dará a consolidação dessas conquistas, com a fusão trabalho produtivo e ensino inte-

lectual. Entretanto, apenas na produção socialista pode haver a superação da divisão do trabalho, e o trabalhador pode, de fato, desenvolver-se omnilateralmente, uma vez que o fim precípua da educação nesta sociedade, está fundado na vontade de humanizar o homem.

O que importa é tornar o homem apto a enfrentar as mudanças necessárias para o desenvolvimento do homem histórico, e acima de tudo despojado da alienação. Este novo homem, por sua vez, será o ponto de partida e não de chegada do homem livre da dominação e da exploração (MANACORDA, 1991).

É necessário ultrapassar a relação escola-qualificação profissional, posto que esta condição impede a conquista da omnilateralidade, e colocar a educação numa perspectiva de unificar o que o capitalismo, de fato, conseguiu dividir: a cultura, a produção, escola e fábrica, estudantes e trabalhadores e o grande contingente de operários entre si.

4. Perspectivas de uma (In)conclusão

A educação para o funcionalismo pressupõe que as gerações adultas e socializadas e perfeitamente integradas a sociedade, exerçam uma ação sobre as gerações mais jovens com o objetivo de torná-las um ser social. Esse processo deverá acontecer por meio da inculcação dos valores presentes na sociedade e pretendem garantir a harmonia das relações sociais.

No modelo funcionalista de educação buscado por Durkheim, não são considerados as contradições naturalmente existentes nas sociedades de classes nem os conflitos que lhe são peculiares. Também não considera as divergências de uma sociedade composta por grupos com diferentes graus de poder ou a imposição ideológica a que estão submetidos os dominados.

Esse entendimento acerca das questões educacionais conduz necessariamente à compreensão de que, tanto os meios utilizados quanto os fins educacionais atendem sempre às necessidades sociais. É com o intuito de resolver os problemas da sociedade que os sistemas de ensino deverão funcionar, pois o que importa realmente é a existência coleti-

va e é em torno dela que gira a formação das novas gerações.

A abordagem marxista sobre educação admite a real possibilidade de mudança e emancipação do indivíduo atrelada às relações existentes no trabalho e as condições econômicas e históricas. Neste entendimento, a educação não antecede a revolução, mas ao contrário, caminha ao seu lado possibilitando a abertura de novos horizontes que motivarão o desenvolvimento das capacidades genuinamente humanas e espirituais.

O entendimento que tomamos do pensamento de Marx, é de que a educação deve fornecer a classe trabalhadora os subsídios necessários à compreensão da sua realidade e ao papel destinado a ela na sociedade. Deve, sobretudo, fornecer condições para um controle real sobre as condições de trabalho.

A burguesia tem uma ciência, uma cultura e uma educação que lhe são próprias e que são dominantes. Desse modo, a ciência, a cultura e a educação somente estarão a serviço da classe trabalhadora quando esta detiver o controle dos meios de produção. Nesse contexto, o trabalho é considerado como princípio do processo educativo, pois a tomada de consciência não é um processo espontâneo, mas ao contrário, exige esforço e atuação de elementos internos e externos ao indivíduo.

Na sociedade de classes o proletariado não consegue alcançar uma consciência de classe, uma consciência política nem tampouco uma teoria revolucionária espontaneamente. Para isso a ação educativa é necessária, e mais precisamente, a educação política conscientizadora. Assim sendo, é pertinente pensar a educação não como uma forma de adaptar o homem à sociedade nem como uma forma de reproduzir as

desigualdades sociais, mas concebê-la como instrumento de transformação.

Embora já se tenha passado quase um século e meio do nascimento do sociólogo Francês Émile Durkheim, a idéia difundida por ele de que a educação é um bem social ainda está muito presente no nosso contexto, assim como a posição assumida por um número significativo de professores: detentor do saber e mestre autoritário.

Não se pode negar, entretanto, que uma revolução de idéias transformadoras tem invadido o cenário educacional, e exatamente por isso, os frutos dessa revolução já podem ser percebidos na prática educativa. Educar para transformar, ganhou, especialmente com Paulo Freire, uma dimensão prático-reflexiva importante na educação brasileira, e mudanças substanciais têm ocorrido, a partir dos debates constantes e das ações efetivas em permanente crescimento.

Apenas para citar alguns aspectos, é inegável o avanço que as últimas décadas trouxe para a educação, proporcionando a inclusão escolar de uma parcela significativa da classe trabalhadora, muito embora esse número não seja suficiente para atender a demanda. Por outro lado, a penetração deste contingente possibilitou a desmistificação do acesso à escola como garantia de democratização da escolarização, pois o fracasso escolar desta parcela da população, em termos percentuais, ainda persiste, o que remete à questão da seletividade nos sistemas de ensino.

Como afirmou Marx há tantas décadas passadas, os que detêm os meios de produção controlam também a educação, e este fato é facilmente reconhecível quando se analisa o fracasso escolar e o grande número de crianças das classes menos favorecidas alijadas da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Cristina. Sociologia. Introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

DUHKHEIM, Émile. Educação e sociologia: com um estudo da obra de Durkheim pelo prof. Paul Fauconnet 11. ed. São Paulo: Melhoramentos: Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

- GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação – um estudo introdutório*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GADOTTI, Moacir. *Educação e poder – introdução à pedagogia do conflito*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- GOMES, Candido Alberto. *A educação em perspectiva sociológica*. 2. ed. São Paulo: EPU, 1989. (Temas Básicos de Educação e Ensino).
- GOMEZ, Carlos Minayo et. al. *Trabalho e conhecimento- dilemas na educação do trabalhador*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991 (Biblioteca da Educação, série 1. Escola, v. 5).
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1992.
- _____ *Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MEKSENAS, Paulo. *Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1988 (Escola e Participação, 4).
- NOGUEIRA, Maria Alice. *Educação e saber; produção em Marx e Engels*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.